

## CONDIÇÕES DAS JUVENTUDES RURAIS NA CONTEMPORANEIDADE: DA MIGRAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS<sup>5</sup>

ARTHUR SALDANHA DOS SANTOS<sup>6</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo levantar algumas reflexões sobre os desafios da juventude rural e sua relação com a migração e as políticas públicas. Para esse procedimento, a base metodológica centralizou-se em referências interdisciplinares sobre os assuntos. Por conclusão, é evidenciado que a juventude rural consiste numa categoria social complexa de estudos na contemporaneidade, na qual as políticas públicas ao se relacionarem, se configuram em mecanismos que influenciam de modo decisivo no processo migratório.

**Palavras-chave:** Contemporaneidade; Juventude Rural; Migração; Políticas Públicas.

## CONDITIONS OF CONTEMPORARY YOUTH IN RURAL AREAS: FROM MIGRATION TO PUBLIC POLICIES

### ABSTRACT

This paper aims to raise some reflections on the challenges of rural youth and their relationship with migration and public policies. For this procedure, the methodological basis was centered on interdisciplinary references on the subjects. In conclusion, it is evident that rural youth consists of a complex social category of studies in contemporary times, in which public policies, when related, are configured in mechanisms that decisively influence the migratory process.

**Keywords:** Contemporaneity; Rural Youth; Migration; Public Policies.

5. Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

6. Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mestre pelo Curso Associado entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) em Sociedade, Ambiente e Território (PPG-SAT). Bacharel em Humanidades pela Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

## Introdução

Nos últimos anos, os estudos sobre as juventudes rurais têm convergido nos entendimentos sobre duas principais situações problemáticas nas condições de reprodução social na agricultura familiar e que podem ser consideradas ‘clássicas’ na Sociologia Rural: a emigração da juventude rural e a sucessão familiar. Ambas as problemáticas estão enraizadas na tendência dos jovens a migrar das áreas rurais na busca por melhores condições de vida, a partir da aproximação entre o campo e a cidade possibilitado pelas transformações propiciadas pelas consequências da modernização (CHAMPAGNE, 1986; ABRAMOVAY, et al., 1998; BRUMER et al., 2000; CARNEIRO, 2001; 2005; 2007; CASTRO, 2009; BRUMER, 2007; 2014; WEISHEIMER, 2007; WANDERLEY, 2007; SPANEVELLO, 2008; CORADINI, 2015; DOS SANTOS, 2017).

Estes apontamentos encaminham para a necessidade da definição de agricultura familiar e sua complexidade apresentada na transformação. Há um consenso nos referenciais utilizados, que consideram a noção de agricultura familiar frágil do ponto de vista analítico e de sua utilização. Tais trabalhos elencam a não existência na realidade brasileira de consenso sobre quais categorias de agricultores se encaixariam nesta conformação, sejam elas referentes a campesinato ou pequena produção, por exemplo.

Construir uma abordagem conceitual para a agricultura familiar, torna-se uma tarefa problemática, já que as bases sólidas de ponto de partida nessa compreensão residem apenas no amplo entendimento sobre o caráter familiar desse tipo de produção, bem como estruturais em termos de tamanho de terra e número de indivíduos residentes nos estabelecimentos rurais. São necessárias reflexões que levem em consideração, além da diversidade social, as condições econômicas e produtivas da agricultura familiar na realidade local (ABRAMOVAY, et al., 1998; SPANEVELLO, 2008; SCHNEIDER, 2009).

Nesta contextualização, a participação dos jovens nas unidades de produção familiar pode ser vista como potencial nas continuidades das atividades da família, ao viabilizar para a agricultura familiar, novas experiências obtidas nas relações estabelecidas com a vivência na cidade. Contudo, para a compreensão dessa situação em caráter pontual, devem-se levar em consideração as especificidades das configurações sociais que caracterizam as diversas práticas de agricultura familiar em contextos específicos.

Para o jovem assumir a responsabilidade na gestão administrativa da unidade familiar ou participar da tomada de decisão sobre o patrimônio da família, só para destacar alguns aspectos, depende não só das condições econômicas da família, mas também, dos tipos de atividades desenvolvidas na unidade produtiva, dos papéis assumidos pelos membros, do nível educacional, da qualificação profissional, das relações entre os membros

da família e das expectativas profissionais dos indivíduos, sobretudo os jovens (BRUMER, 2014).

Com o aumento da expectativa de vida estas condições são somadas a outras variações que contribuem para a situação juvenil no espaço rural. Ao alcançar a idade adulta, em tese, os jovens estariam prontos para assumirem as atividades produtivas da família, bem como participarem na tomada de decisões e gestão tanto da unidade de produção quanto em cooperativas de produtores. Contudo, este processo torna-se problemático ao coincidir o ‘amadurecimento juvenil’ com as condições não tão avançadas de seus pais em termos de idade. Há, nessa perspectiva, o que seria um conflito entre gerações, na qual as perspectivas dos jovens ‘colidem’ com as perspectivas dos pais no quesito posição ocupada na unidade de produção familiar, sobretudo, quando se relaciona à gestão (BRUMER, 2014).

Além dessas condições, a permanência dos jovens no espaço rural familiar dependerá também da “viabilidade econômica do empreendimento”, que permita a autonomia desses jovens em relação a seus pais; da qualificação alcançada, que permita o acesso ao mercado competitivo; da conciliação de trabalho que permita a complementação da renda mensal obtida nas atividades agrícolas; “das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias”; “das relações de gênero, através das quais existem mais ou menos oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças dessas”; da realização profissional relacionada à atividade desenvolvida no campo; bem como da satisfação pessoal com a vivência e reprodução no campo (BRUMER, 2014, p. 223-224).

As análises apresentadas por Brumer (2014) sobre os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar, apresentam outros apontamentos interessantes que podem auxiliar este projeto de pesquisa. Ao realizar uma pesquisa com outra autora na região Sul do Brasil, ela percebe que a sucessão familiar está também ligada à relação de gênero e ao interesse educacional dos indivíduos. Além de terem maiores chances em serem sucessores nas terras dos pais, os rapazes superam as moças na formação em cursos técnicos agrícolas, bem como conhecem melhor as políticas públicas para a agricultura familiar. As moças, por sua vez, apresentam maiores interesses em continuar os estudos (já nas cidades) e inserirem-se em atividades profissionais nos espaços urbanos, deixando as atividades do campo de lado. As escolhas das moças, contudo, são orientadas pelas condições apresentadas a partir da sua situação ao não ser membro privilegiado na herança da terra, bem como pelos seus papéis desenvolvidos no contexto da divisão do trabalho familiar desigual e não vantajoso.

Tais situações, apontam para “uma divisão do trabalho caracterizada pela hegemonia masculina na gestão dos estabelecimentos agrícolas familiares”, bem como para “a

centralização das decisões referentes ao uso dos recursos obtidos com a venda dos produtos agropecuários, contatos com os técnicos agrícolas e agrônomos e a participação em cooperativas e sindicatos”. (BRUMER, 2014, p. 224).

É a partir dessa análise que devem partir as percepções sobre os encaminhamentos apresentados pelas políticas públicas que buscam fixar a população jovem no campo, fornecendo meios e subsídios para este processo. Tais processos precisam levar em consideração os interesses apresentados por estes jovens, bem como a sua realidade de sobrevivência e inserção social no espaço rural, buscando integrar as expectativas que orientam as ações destes indivíduos, com os potenciais das políticas.

## 2. Juventude rural enquanto unidade de análise

A juventude como categoria social nas compreensões mais atuais representa constituições e sentidos próprios com o advento da modernidade. Isso nos leva a perceber que “seus significados, características e papéis sociais eram bastante diversos do que se atribuem recentemente” (WEISHEIMER, 2009, p. 51).

A modernidade enquanto período histórico, é caracterizada por apresentar o rompimento com as tradições. Esta observação está pautada nas “intensas transformações sociais, culturais e econômicas; a ampliação da diferenciação social; da especialização e da relativa autonomia das instituições; assim como a crescente racionalização, burocratização e secularização da vida”. A juventude encontra-se, portanto, nesse contexto em transformação, com características próprias e conformações peculiares que resultam tanto das dimensões sociais quanto das dimensões históricas. Assim, ao emergir com o desenvolvimento do capitalismo, a noção de juventude carrega então percepções diferenciadas: a partir da organização familiar ao evidenciar “convívio mais estreito e íntimo” na preparação dos filhos para o convívio social, e, como resultado de um “fenômeno social moderno”, justificado pela condição educacional juvenil ao separar-se, socialmente, os jovens em período de formação escolar de um nível privado para o nível público. Etapa esta, que desemboca na inserção socioprofissional dos jovens no mercado de trabalho já como adultos, qualificados e não dependentes de auxílio educacional ou tutela (WEISHEIMER, 2009, p. 52).

Nas Ciências Sociais, em especial na Sociologia da Juventude, a categoria juventude é tratada como tema de pesquisa desde as transformações sociais que resultaram do desenvolvimento do capitalismo e de seu modo de dominação. Neste contexto, algumas situações chamavam a atenção dos pesquisadores ao apresentar “como efeitos o abandono, o aumento da criminalidade juvenil e toda uma série de violências contra jovens como,

por exemplo, a doméstica e o abuso sexual praticado por pessoas em situações de vantagem em relação a suas vítimas”. A condição juvenil torna-se interesse de diversas áreas científicas que buscavam respostas racionalistas e objetivistas para suas relações com o contexto em pauta, bem como para suas configurações peculiares (WEISHEIMER, 2009, p. 57).

Já a partir dos anos 1960, os estudos culturais atribuem aos entendimentos das culturas juvenis novas percepções. Passam a ser destaque para os interesses das Ciências Sociais, as formas como são representados coletivamente os estilos de vida da população jovem, destacando seu potencial na sociedade de consumo, por meio de vestimentas, práticas esportivas, gostos musicais, linguagem etc. Na indústria cultural ganha força do que seria uma “moda jovem”, representando tanto o padrão estético quanto de consumo bem peculiares às juventudes modernas. A juventude passa a representar, a partir disso, não mais as faixas etárias, mas sim os estilos de vida adotados pelos indivíduos (WEISHEIMER, 2009, p. 80).

Para Weisheimer (2009, p. 80), o destaque dessa transformação no entendimento da juventude pela indústria cultural está não só nas novas compreensões do que ser jovem como produto cultural, mas sim, em como a própria cultura é modificada pela condição juvenil de seu contexto, modificando seus interesses a partir de temas e problemas da juventude. As implicações disso podem ser visualizadas na integração social desse grupo, uma vez que por ser “estilo de vida”, o ser jovem rompe com as fronteiras e passa a agregar diferentes indivíduos, em diferentes localidades, com idades diversas, com diferentes condições econômicas e de classe, à sua dinâmica própria de existência.

A juventude rural por fazer parte deste contexto de modernização, não está isenta destas transformações ou dinâmicas de vida. Anteriormente, o estilo jovem, conforme percebido na indústria cultural, era um perfil tipicamente urbano, já que os jovens do campo contavam com outros perfis. Contudo, com o desenvolvimento, principalmente, dos meios de comunicação e dos transportes houve a aproximação entre campo e cidade, favorecendo assim a absorção de práticas e costumes da juventude urbana por jovens rurais.

Pierre Bourdieu desenvolveu um estudo na França nos anos 1960, demonstrando como os padrões culturais vindos da cidade são absorvidos pela população rural, desembocando em diferenciações sociais não só para as populações do campo, mas também nas diferenciações entre jovens da cidade e do meio rural. Tais perspectivas são extraídas da condição civil dos indivíduos e diferenciadas pela localização da residência e pelo sexo.

As alterações nos arranjos matrimoniais puderam ser percebidas a partir do mo-

mento em que é passado de uma decisão familiar patriarcal para as decisões individuais dos cônjuges. Essa nova situação passou a contar, no contexto analisado por Bourdieu (2006), com dinâmicas peculiares que pudessem propiciar aos interessados, as trocas de relacionamentos, se conhecerem e casarem. O Baile de Natal simboliza esta situação na sociedade analisada, representando um momento socialmente aceito, de encontro entre indivíduos em um mesmo espaço de tensão e descontração. Ao observar o desenrolar da festa, o autor percebe especificidades nos comportamentos e vestimentas dos indivíduos que retratam a complexidade da relação entre rural-urbano.

De um lado estavam casais dançando na pista os ritmos musicais do momento, de outro lado estavam os mais velhos que assistiam dos cantos aquela dinâmica de interação. As moças apresentavam maior adesão aos comportamentos típicos da cidade ao se vestirem e pentearem de maneira similar às moças urbanas. Já os homens do campo apresentam perfis mais ‘rústicos’ tanto de comportamento quanto vestimenta, se diferenciando consideravelmente dos homens da cidade. Em parte, as explicações para estes comportamentos estão na capacidade das moças em absorverem com maior facilidade os estilos de vida nas cidades em comparação com os homens.

Para Bourdieu (2006, p. 85), “esse pequeno baile do interior dá ocasião a um verdadeiro choque de civilizações. Nele é todo o mundo da cidade, com seus modelos culturais, sua música, suas danças, suas técnicas corporais, que irrompe na vida camponesa”. As técnicas corporais representam, portanto, o contexto cultural desses indivíduos, que ao se interagirem socialmente, deixam transparecer seus perfis.

É nessa perspectiva que os jovens do campo são caracterizados a partir do “*habitus* do camponês”, com comportamentos e estilos de vida distintos da cidade e representativos de uma realidade ‘isolada’ e ‘atrasada’. Tal contexto cultural incidirá nas motivações desses jovens em se adequarem da melhor forma aos padrões da cidade, a fim de não serem estereotipados como jovens do campo. A internalização da existência de um estilo que seja peculiar ao campo é que explica, muitas das vezes, a dificuldades dos jovens em adentrar as interações sociais ‘vistas’ como interações típicas da cidade (BOURDIEU, 2006, p. 85).

O temor do ridículo e a timidez estão ligados a uma consciência penetrante de si mesmo e de seu corpo, a uma consciência fascinada pelo estado físico. Assim, tal aversão à dança nada mais é que uma manifestação dessa consciência penetrante da condição camponesa, que também se exprime, como já se viu, no riso e na ironia em relação a si mesmo; especialmente nas histórias jocosas cujo anti-herói é sempre o camponês confrontado com o mundo da cidade (BOURDIEU, 2006, p. 87).

Tais percepções sociais, juntamente com as condições econômicas, vão incidir nos tipos de relacionamentos construídos pelos jovens, justificando se casarão ou não. Este estudo apresentado por Bourdieu potencializa, em primeiro passo, a especificidade da juventude rural, bem como sinaliza para a necessidade de seu estudo enquanto categoria social. A juventude rural pode ser compreendida, portanto, a partir das diferentes dimensões que consigam qualificar a sua situação em contextos delimitados.

Como ponto de partida nessa compreensão, é preciso, contudo, especificar sobre quem são estes jovens em termos de idade. Um apontamento é dado por Brumer (2007) ao ressaltar que baseado na recorrência de seu uso, a juventude é tratada enquanto categoria de análise, a partir de considerações comuns sobre a faixa etária de 15 a 24 anos. Contudo, deve-se levar em consideração, conforme orienta a autora, que este recorte etário não deve ser fixado, podendo variar de acordo com as classes sociais, as sociedades, da autoidentificação, bem como a partir do reconhecimento de outros indivíduos. São variações que partem da noção de tempo adotado em cada situação específica, devendo ser contextualizada e analisada separadamente em cada realidade empírica.

### **3. A migração como processo social: da inconstância às fundamentações estruturais**

Os estudos sobre as juventudes rurais têm convergido, consideravelmente, nos entendimentos sobre duas principais situações problemáticas na agricultura familiar e que podem ser consideradas ‘clássicas’ na Sociologia Rural: a emigração da juventude rural e a sucessão familiar. Ambas as problemáticas estão enraizadas na tendência dos jovens a migrar das áreas rurais na busca por melhores condições de vida, a partir da aproximação entre o campo e a cidade por meio da modernização (CHAMPAGNE, 1986; ABRAMOVAY, et al., 1998; BRUMER et al., 2000; CARNEIRO, 2001; 2005; 2007; CASTRO, 2005; BRUMER, 2007; 2014; WANDERLEY, 2007; WEISHEIMER, 2007; SPANEVELLO, 2008; CORADINI, 2015).

Para Brumer (2007, p. 35-36), a emigração da juventude rural e as condições da sucessão familiar configuram-se em problemáticas na pós-modernidade ao associarem-se aos interesses dos jovens que reivindicam seus lugares na sociedade. Lugares estes alcançados por meio de “maior visibilidade” ou pela “formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer”. Tais situações resultam das “mudanças estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, trazidas no bojo do avanço do capitalismo para a fase da globalização, de profundas mudanças no mercado de trabalho e do sistema de comunicações”. A mudança comportamental da juventude do campo diz respeito à visão desses jovens sobre a vida no meio rural, cujos potenciais e desafios dessa condição de vida passam a ser analisados e sistematizados por essa população.

A migração juvenil, com maior intensidade na década de 1980, pode ser vista como alternativa por jovens rurais que não percebiam nas atividades agrícolas da família, potencial de sobrevivência ou garantia de seus interesses (sociais e econômicos). A busca por empregos em condições assalariadas nas cidades, passou a ser a opção estratégica mais acessada pelos jovens do campo, que ao saírem colocavam em xeque a situação de sucessão geracional nas unidades de produção familiar, basta analisar rapidamente o êxodo rural e a diminuição dos estabelecimentos rurais neste contexto (CHAMPAGNE, 1986).

Para Brumer (2007, p. 37), a migração juvenil das unidades familiares está associada, de início, a dois aspectos: por um lado a busca dos jovens por maior autonomia em relação aos seus pais, e, por outro lado, a possibilidade de acesso a uma renda própria e fixa, permitida por meio do salário. Como ponto positivo para a sobrevivência no campo, os jovens observam apenas a “relativa autonomia produtiva do agricultor”, por não depender de um patrão para a sua reprodução socioeconômica. A autora, apoiando-se nas análises de Wanderley (2004), destaca que os jovens apresentam ainda como ponto positivo para a sobrevivência no campo, a relativa capacidade que os produtores têm em garantir o acesso direto aos alimentos sem a mediação da economia mercantil típica das cidades.

Estes aspectos representam a ‘crise de identidade social’ das juventudes rurais, evidenciada no rompimento dos acordos sociais estabelecidos na unidade familiar (a sucessão da terra), com a rejeição das atividades agrícolas por parte destes jovens. Na tentativa de equalizar a balança e determinar seu futuro, os jovens comparam, a partir de uma série de condições sociais e econômicas, as dinâmicas de vida no campo com as possibilidades apresentadas pela vivência na cidade (CHAMPAGNE, 1986; BRUMER, 2007).

Outro aspecto que resulta da migração juvenil é a relativa masculinização do campo, especialmente no Rio Grande do Sul (BRUMER, 2004; 2007; 2008; 2014; SPANEVELLO, 2008; CORADINI, 2015). Este fenômeno social suscita não só o debate de gênero no meio rural, como também fortalece a problemática da sucessão geracional na agricultura familiar.

A diferenciação entre moças e rapazes sobre as decisões de migração está associada não só à dificuldade para as mulheres jovens, quando comparadas com os homens, em herdar a terra da família. Esta diferenciação está no fato de “elas diferenciarem-se também nas representações sobre a vida no meio rural, sendo as moças mais críticas e com posições mais negativas do que os rapazes. A posição mais crítica das mulheres decorre da desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar” exercendo apenas atividades consideradas auxiliares (BRUMER, 2007, p. 39).

O ponto de vista apresentado por Brumer (2007, p. 39), contribui ainda para destacar que “a falta de renda e de autonomia age de maneira diferenciada sobre rapazes e moças, decorrente da socialização a que são submetidos nos seus contextos rurais. Acrescenta-se ainda à problemática da migração juvenil, outro estudo de Brumer (2014), evidenciando tanto a busca pela diminuição do esforço físico quanto a proteção à saúde, como potenciais nas motivações dos jovens em deixar o campo, representando a complexidade da reprodução geracional na agricultura familiar.

A saída dos jovens das atividades agrícolas da família para as cidades ou outras localidades no meio rural, representa as estratégias adotadas pelas famílias a fim de garantir a continuidade do estabelecimento familiar. A saída de alguns filhos, pressupõe a possibilidade de complementação da renda familiar e a responsabilidade de continuação da reprodução da terra pelo sucessor escolhido pelos pais.

É necessário destacar ainda que, por centrar-se em produção familiar de pequena escala, a unidade de produção da agricultura familiar é estruturada numa porção de terra relativamente inferior à capacidade de agregar todos os filhos e suas famílias estabelecidas, sendo destinado para herdar a terra e dar continuidade aos trabalhos da família, apenas um dos filhos. Esta dinâmica segue padrões peculiares para cada realidade produtiva, podendo ser conflituosa quando os filhos a migrarem, não aceitam seus destinos ou quando o sucessor escolhe não ser o responsável por ficar na propriedade.

A sucessão familiar, portanto, não diz respeito apenas a dimensão reprodutiva da terra, mas também ao conjunto de ordens sociais e dimensões simbólicas associadas a esta condição apresentada pela unidade familiar (WOORTMANN, 1995; ABRAMOVAY, et al., 1998; BRUMER, 2007; 2008; 2014; SPANEVELLO, 2008).

A existência da maior recorrência da saída das mulheres do campo pode ser justificada pela condição da sucessão que privilegia o homem na herança da terra. A possibilidade da mulher a este direito está atrelada a não existência de filhos homens para este processo. Nestes termos, a sucessão familiar apresenta diferenciações sociais baseadas nas relações de gênero, pela qual são evidenciadas as relações de poder (dominação e subordinação) entre homens e mulheres na esfera rural (SPANEVELLO, 2008).

Conforme orienta Brumer (2007), ao concluir suas percepções sobre a problemática dos jovens rurais na pós-modernidade, elenca que os estudos sobre a situação dos jovens rurais na atualidade devem levar em consideração, além das especificidades dos contextos locais, as motivações presentes não na saída desses jovens do campo, mas sim, a partir das explicações para a sua permanência nestes espaços. É preciso desenvolver estudos que consigam examinar os diferentes aspectos que permitem a permanência dos jovens no

espaço rural, bem como que considerem a inclusão da perspectiva de gênero como forma de compreensão da gestão adotada na unidade produtiva familiar.

Ao propor um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural, Valmir Luiz Stropasolas entende que:

As representações e as práticas dos jovens que se mobilizam nos diferentes espaços sociais das pequenas localidades, assumindo a inovação e alguns aspectos ressignificados da modernidade mas ancorados em determinados alicerces valorativos que compõem tradicionalmente o patrimônio cultural familiar, proporcionam algumas pistas a partir das quais podemos levantar as especulações científicas e projetar a nossa contribuição no processo de inserção dos jovens rurais na sociedade (STROPASOLAS, 2007, p. 283).

As juventudes rurais integram o contexto social marcado pelo “alargamento do mundo cultural”, em que as dimensões valorativas e simbólicas são refletidas no imaginário da juventude que almeja a extração das possibilidades apresentadas tanto pelo campo quanto pela cidade. Esta situação é marcada pelas demandas dos jovens à inclusão digital e ao acesso à informação, como mecanismos de integração social desses jovens não só no espaço urbano, mas também no espaço rural (STROPASOLAS, 2007).

As implicações dessa integração social podem ser visualizadas nas demandas apresentadas pelos jovens em participações coletivas, por maior diálogo “intra” e “intergeracional”. Nestas situações, são ressaltadas a maior visibilidade de sua situação em termos de “reprodução de hierarquias e desigualdades sociais e econômicas, bem como das diversas formas de estigmatização existentes, como também problematizam os padrões culturais e os vieses de gênero e gerações existentes”. As articulações sociais formadas em torno da situação das juventudes, buscam, portanto, “[...] cada vez mais, ter vez e voz nos espaços públicos e nos processos decisórios, seja das instituições representativas ou mesmo das unidades de produção agrícola familiar (STROPASOLAS, 2007, p. 289).

Nos estabelecimentos rurais, tanto a participação quanto os interesses dos jovens na inserção em atividades agrícolas, dependem da conjugação de uma série de fatores. Conforme destaca Brumer (2014, p. 223),

A transferência das responsabilidades pela administração (gestão) dos estabelecimentos agrícolas familiares e do poder (e capacidade) de utilização do patrimônio depende das condições econômicas da família - propriedades maiores ou menores, atividades mais ou menos rentáveis, maior concentração ou diversificação de atividades -, do número de filhos (e de herdeiros), do nível educacional e da qualificação profissional do(s) herdeiros(as), da forma como os jovens são inseridos nas relações familiares e de suas aspirações profissionais.

Estas condições tendem a se complicar com o passar dos anos, dado o aumento da expectativa de vida humana. Nesta situação, ao atingirem a idade adulta os jovens encontram dificuldades na tentativa de inserção no trabalho em estabelecimentos familiares, uma vez que seus pais relativamente são jovens. Há dessa forma, um “descompasso entre o ciclo de vida dos pais e o ciclo de vida dos filhos”. Além dessas condições, a permanência dos jovens no espaço rural familiar dependerá também da “viabilidade econômica do empreendimento”, que permita a autonomia desses jovens em relação a seus pais; da qualificação alcançada, que permita o acesso ao mercado competitivo; da conciliação de trabalho que permita a complementação da renda mensal obtida nas atividades agrícolas; “das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias”; “das relações de gênero, através das quais existem mais ou menos oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças dessas”; da realização profissional relacionada à atividade desenvolvida no campo; bem como da satisfação pessoal com a vivência e reprodução no campo (BRUMER, 2014, p. 223-224).

Conforme abordado ao longo do texto, as desigualdades entre os papéis desenvolvidos pelas mulheres e pelos homens no meio rural, têm levado a caminhos distintos em termos de ocupação não agrícola e interesses em permanência no campo. Ao analisar as situações de reprodução social das juventudes no campo, deve-se considerar os aspectos que são inerentes às vontades do indivíduo e os aspectos inerentes à condição socioproductiva de seu engajamento na realidade local.

As análises apresentadas por Brumer (2014) sobre os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar, apresentam outros apontamentos interessantes que podem auxiliar neste trabalho. Ao realizar uma pesquisa com outra autora na região Sul do Brasil, ela percebe que a sucessão familiar está também ligada à relação de gênero e ao interesse educacional dos indivíduos. Além de terem maiores chances em serem sucessores nas terras dos pais, os rapazes superam as moças na formação em cursos técnicos agrícolas, bem como conhecem melhor as políticas públicas para a agricultura familiar. As moças, por sua vez, apresentam maiores interesses em continuar os estudos (já nas cidades) e inserirem-se em atividades profissionais nos espaços urbanos, deixando as atividades do campo de lado.

Tais situações, apontam para “uma divisão do trabalho caracterizada pela hegemonia masculina na gestão dos estabelecimentos agrícolas familiares”, bem como para “a centralização das decisões referentes ao uso dos recursos obtidos com a venda dos produtos agropecuários, contatos com os técnicos agrícolas e agrônomos e a participação em cooperativas e sindicatos”. (BRUMER, 2014, p. 224).

A perspectiva de gênero, embora não seja central neste trabalho, deve ser anali-

sada no desenvolvimento de políticas públicas para as juventudes rurais, uma vez que tal aspecto diz muito sobre as condições sociais que se encontram os indivíduos no espaço rural. Este apontamento sinaliza ainda para os desafios enfrentados por essas políticas públicas para se adequarem à realidade local, levando-se em consideração a diferenciação de papéis sociais assumidos pelos homens e mulheres nas realidades produtivas.

Portanto, as concepções sobre as juventudes rurais podem ser desenvolvidas a partir das considerações das multiplicidades sobre a sua situação social. Torna-se necessário, portanto, desenvolver perspectivas analíticas que levem em consideração os potenciais das participações juvenis nas conformações da agricultura familiar e nas instituições representativas, por exemplo, nas cooperativas de produtores familiares. Por buscarem acessar os potenciais fornecidos tanto pela cidade quanto pelo campo, as juventudes representam o mecanismo aglutinador dos avanços, em termos de conhecimentos e experiências coletivas, para a promoção de novas perspectivas para a agricultura.

#### 4. A migração e sua relação com o campo

A partir do recorte apresentado no tópico anterior, a migração torna-se uma forma de sobrevivência e reprodução no meio rural, envolvendo as dimensões social e familiar dos aspectos inerentes a este modo de vida. Dessa forma,

*migrar ou não poderá depender, então, não só da sazonalidade ou da alternância de anos bons e ruins, mas igualmente das possibilidades de outros usos alternativos do tempo e dos recursos disponíveis, realizando-se a cada ano um cálculo das vantagens relativas de permanecer, negociando ou desenvolvendo outra atividade qualquer, ou de se deslocar para “São Paulo”. Contudo, é preciso considerar que a migração pode também ser a condição do negócio, pois o dinheiro ganho (e não gasto) em “São Paulo”, a depender de seu montante e dos recursos disponíveis no sítio, assim como o gado, pode ser investido no negócio quando do retorno. A própria viagem resulta em investimento, pela venda de mercadorias trazidas em malas ou sacos; essas mercadorias não só “pagam a viagem”, mas se transformam em lucro, que será por sua vez investido do sítio (WOORTMANN, 1990, p. 40).*

A perda populacional decorrente da migração traz como consequência, além de outros aspectos, uma aceleração do processo de envelhecimento populacional, uma vez que a população jovem, em idade ativa e reprodutiva, tende a se deslocar para os espaços econômicos mais dinâmicos e onde são maiores as possibilidades de inserção em atividades produtivas diversificadas.

A partir da dinâmica jovem é possível perceber que a migração promove interfe-

rências nas sucessões da terra. A perspectiva do pai de família do campo é que os filhos deem continuidade às suas atividades. Porém, ao migrar, os jovens quebram essas possíveis relações. Os estudos de Brumer (2007) apontam também uma tendência de a herança ser destinada ao filho mais novo, mas quando este, por algum motivo não pode receber a herança, é destinada então a algum dos filhos mais velhos, e em último caso, à filha. Revela, assim, uma possível discussão de gênero, em que a mulher é vista com o olhar diferenciado quanto às tarefas no campo.

Essa sucessão de terra é influenciada ainda pela posição da família com o acesso à terra, se são consolidados, em transição ou em exclusão<sup>7</sup>. Essas observações apresentam preocupações com as relações entre a juventude e a terra, pois a sucessão pode gerar conflitos entre os filhos e apresentar que nem sempre é tão fácil o acesso à herança, quando as estruturas políticas legais de herança do país apresentam processos complicados para a sua efetivação.

Pensar o campo e a cidade relacionados com a migração jovem, também se tornou foco dos estudos de Carneiro (2007). Para a autora, existe uma mentalidade complexa por trás dessa situação, que é a definição do que é rural e do que é urbano. No contexto da sociedade contemporânea, definir o campo como lugar de atraso, negatividade, etc., é ser extremamente desvinculado das transformações sociais modernas. Tal premissa justifica-se pela intrínseca relação entre campo e cidade por meio dos veículos de informação cada vez mais incidentes e diversificados na contemporaneidade.

Hoje muitos jovens migram temporariamente como forma estratégica de sobrevivência, sem perder os vínculos com o campo ou sem se adaptarem à vida na cidade ao longo período do trabalho. Conforme apontam os estudos de Carneiro (2007) em entrevistas a jovens, o campo é visto como lugar de aconchego, tranquilidade, espaço das boas relações e estabilidade entre a paz interior e a natureza.

Para Carneiro (2007), é importante entender que o jovem é protagonista de sua própria realidade e, cabe a ele, construir sua história e escolher seus caminhos, seja ficar ou partir do campo. Porém, a proposta apresentada neste estudo, é que as políticas públicas voltadas para a juventude do campo consigam abordar de forma positiva as necessidades dos jovens, quando a escolha destes jovens for permanecer no campo. Dessa forma, os elementos de destaque para a socialização, inclusão e integração desses jovens, devem partir do seu acesso à internet, lazer adequado, oportunidade de qualificação e promoção profissional, por exemplo.

7. Consolidados: “agricultores cuja atividade permite não só a reprodução da família, mas também gerar algum nível de investimento e acumulação”; Em transição: “agricultores que vivem da agricultura, mas, por não conseguirem fazer investimentos, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação econômica”; Em exclusão: “agricultores com renda insuficiente para viver das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento” (BRUMER, 2007, p. 44).

Neste caso, é preciso entender que a vida na cidade possui seus pontos positivos e que esses pontos são os motivadores para que muitos jovens queiram sair do campo. Pensando dessa maneira, como é possível aglutinar tais vivências, a fim de que o jovem consiga ter no campo o acesso aos mesmos recursos disponíveis na cidade?

## 5. Políticas públicas e realidade local: fatores determinantes na migração jovem

O ponto de partida para se falar dos conceitos básicos para o estudo das políticas públicas, é reconhecer as diferenças sociais, culturais, econômicas, políticas e territoriais entre os indivíduos e suas localidades. A diferença não pode ser entendida como julgamento de valor ou usada para classificação entre superior e inferior, esta deve ser reconhecida enquanto especificidade e potencialidade para a realidade em questão.

As diferenças, muitas vezes, são elementos favoráveis às situações de conflito, uma vez que percepções diferenciadas provocam choque ao se encontrarem. Dessa forma, a política, segundo Rúa (1998, p.1), “consiste no conjunto de procedimentos formais ou informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. No entanto, é necessário chamar a atenção para o fato de que as políticas públicas, em muitas das situações, perdem a característica de solução de conflitos, para tornar-se a geradora de conflitos em determinados espaços.

Segundo Rúa (1998, p.1), as políticas públicas são resultado da atividade política e “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”, se distinguindo de decisão política. De modo complementar, segundo Schmidt (2008, p. 420), as políticas públicas se relacionam com a ideia de *accountability* (prestação de contas e responsabilidade social por parte do governo), devendo atender às especificidades da realidade empírica.

*Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontrase na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas (RUA, 1998, p. 1).*

Ainda de acordo com Rua (1998, p. 20), embora pareça óbvio, as políticas públicas são “públicas e não privadas ou apenas coletivas”. Para a autora, “a dimensão ‘pública’ de uma política é dada não pelo tamanho do agregado social (grandes ou pequenos grupos) sobre o qual ela incide, mas pelo seu caráter jurídico ‘imperativo’. Ou seja, uma das principais características dessa dimensão pública é a “autoridade soberana do poder público”. Nesse sentido, ela deve estar intrinsecamente relacionada à realidade de vivência dos indivíduos, bem como ser representativas de seu caráter social.

É chamar a atenção para essa “soberania do poder público”, tanto para a formulação quanto para implementação das políticas públicas nos diferentes contextos de ação social. Nessa perspectiva, o entendimento de soberania diz respeito à ação estratégica que normalmente é adotada a partir do processo *top-down* (de cima para baixo), diferente da estratégia *bottom-up* (de baixo para cima). Essa questão é que nos leva a ressaltar que em alguns casos, as políticas públicas são geradoras de conflitos e não solucionam problemas reais em determinados contextos, uma vez que a soberania possibilita decisões arbitrárias sobre determinadas questões, dispensando a realidade em questão.

Um exemplo de políticas que a “soberania do poder público” pode levar ao fracasso, são as políticas e programas de desenvolvimento territorial, que buscam desenvolver economicamente determinadas áreas por meio de estímulos. Nestes espaços, a delimitação do território ocorre de forma arbitrária, sem levar em consideração as especificidades ou as afinidades dos locais selecionados, bem como o perfil socioeconômico dos atores que compõem estes espaços. O que de fato se caracteriza como um problema enviesado e tendenciado para o fracasso, pois está amparado no grande o risco de delimitar as áreas sem qualquer tipo de proximidade cultural, social, econômica ou política.

De acordo com Bonnal et al. (2011, p. 37), várias são as noções de território segundo as disciplinas científicas como geografia, sociologia, antropologia etc. Na geografia o território é visto “como uma porção de espaço delimitado e qualificado por um caráter específico natural, cultural, político ou administrativo”, tendo destaque duas características: a existência de um limite/fronteira e, a existência de uma especificidade que possibilita a diferenciação daquilo que se encontra dentro e o que se encontra fora desse limite/fronteira. Os autores destacam ainda que o termo “território usado” é utilizado por Milton Santos, com o objetivo de distinção da noção de território na sociologia, na qual destaca-se a dimensão simbólica e coletiva que permeia esta composição.

No caso da geografia política ou sociologia política, ainda de acordo Bonnal et al. (2011, p. 39), território está associado a ideia de poder e estado, sendo “uma unidade de governança pública, suscetível de ser definida por normas jurídicas que precisem seu status legal e sua função dentro da estrutura funcional do Estado”. No entanto, para a

territorialização das políticas públicas essas definições não são levadas em conta, e diferente das demais noções, no território das políticas públicas “o centro estratégico de ação se encontra fora do território”, sendo uma lógica que se sobrepõe ao território dado pelos atores sociais que ali se encontram.

*Nesta lógica, o território é identificado principalmente com referência ao zoneamento de determinado problema ou carência da sociedade. O desafio para o poder público é o de definir as modalidades de ação mais apropriadas para a resolução do problema ou carência, levando em conta as especificidades locais. Esse tipo de território pode dar lugar a uma formalização jurídica, visando a precisar sua função dentro da estrutura funcional do governo. Mas na prática, no Brasil, como em outros países, observa-se a existência de um processo de justaposição das lógicas territoriais e de hibridação dos dois tipos de modelos de construção de territórios (BONNAL et al., 2011, p. 40).*

Essas diferentes lógicas acerca do território é motivo de conflito entre agentes sociais e o estado. Uma das lógicas que se sobrepõem de forma visível nesse processo, é a de desenvolvimento associado diretamente com a questão econômica, o que implica em maiores disputas por entendimento, uma vez que a formulação dessas políticas causa sobreposição de ações, como consequência, acaba-se priorizando a dimensão econômica que é tida como importante pelos agentes do território.

Outro fator que também é importante e deve ser destacado é a relação do capital social com as políticas públicas, uma vez que sua eficiência se encontra diretamente vinculada à produção do capital social da comunidade. De acordo com Putnam (1993, p. 177), capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Esse capital social, segundo o autor “facilita a cooperação espontânea”, existindo relação com a eficiência institucional e desenvolvimento econômico.

O capital social na perspectiva de Schmidt (2008, p. 424), “não pode ser criado diretamente. As principais formas de capital social são criadas ou destruídas como produto associado a outras atividades”. Para o autor, uma das condições para o desenvolvimento do capital social é a estabilidade social, o que possibilita a formação de uma comunidade cívica. A produção desse capital, ocorre principalmente naquelas sociedades que podem ser entendidas como homogêneas, com um processo de identidade, de reconhecimento e pertencimento a determinado local, o que se torna menos evidente nos territórios que são criados ou estimulados pelo poder do Estado.

As políticas públicas entendidas como ação para solucionar um conflito, ou minimizar os problemas econômicos de um local, são ineficientes a partir do momento em que

são formuladas e implementadas por meio da “soberania do poder público”, sem considerar a demarcação territorial reconhecida pela comunidade, à produção do capital social ou o processo de “desenvolvimento” da mesma e suas escalas.

Nesta perspectiva, as ações públicas dispensadas aos espaços rurais, buscando proporcionar às juventudes engajamento, interesse e participação, devem ser dimensionadas a partir da realidade local. É preciso, nessa situação, levar em consideração as deferentes dimensões que compõem estes espaços, com enfoque nas condições socioprofissionais e socioeconômicas apresentadas pelos jovens em cada realidade de sobrevivência, bem como as relações familiares estabelecidas nestes contextos.

## 6. Considerações finais

As juventudes rurais são uma categoria social bastante complexa na atualidade. Tal complexidade reside na sua interrelação com as demais categorias, bem como na sua condição em transformação apresentada com o advento da modernidade. Nesta situação, com a aproximação entre campo e cidade, os entendimentos sobre as juventudes rurais passam a ser dinâmicos e peculiares, configurando-se numa categoria de difícil abordagem pelas políticas públicas, em termos de incentivos.

Ao apresentarem aproximação com a cidade, os jovens do campo protagonizaram importantes fluxos migratórios ao deixar o campo em direção aos centros urbanos. Este processo acendeu um alerta sobre as problemáticas enfrentadas por estes jovens no campo, incidindo sobre as razões que levaram ao desinteresse dessa categoria pelas atividades nas unidades rurais. Dessa forma, não apenas o interesse profissional desses jovens passou a ser motivo de investigação nos diferentes estudos e ações do governo, como também as relações sociais e familiares aos quais eles encontram-se permeados.

As dimensões que buscam compreender as condições dos jovens rurais na contemporaneidade devem levar em consideração, contudo, não só os aspectos sociais e profissionais com os quais eles estão rodeados, mas também os aspectos culturais, políticos e de bem-estar, que juntos compõem sua condição juvenil na contemporaneidade.

Portanto, as políticas públicas para atingirem a eficácia na promoção de um ambiente adequado e de interesse para a população jovem do campo, elas devem estar integradas às diferentes dimensões que se relacionam a esta categoria social. São precisas políticas públicas específicas a cada realidade de ocupação desses jovens.

Por fim, as concepções sobre as juventudes rurais podem ser desenvolvidas a partir das considerações das multiplicidades sobre a sua situação social. Torna-se necessário,

portanto, desenvolver perspectivas analíticas que levem em consideração os potenciais das participações juvenis nas conformações da agricultura familiar e nas instituições representativas, por exemplo, nas cooperativas de produtores familiares. Por buscarem acessar os potenciais fornecidos tanto pela cidade quanto pelo campo, as juventudes representam o mecanismo aglutinador dos avanços, em termos de conhecimentos e experiências coletivas, para a promoção de novas perspectivas para a agricultura.

**Recebido em 02 de abril de 2020.**

**Aprovado em 05 de maio de 2020**

## Referências

ABRAMOVAY, R. (coord.) ... [et al.]. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, Unesco, 1998.

BONNAL, Philippe. DELGADO, Nelson Giordano. CAZELLA, Ademir Antônio. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14). Brasília: IICA, 2011. p. 35-60.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, junho, n. 26, p. 83-92, 2006.

BRUMER, A.; ROSAS, E. N. L.; WEISHEIMER, N. **Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar**. X Congresso da International Rural Sociology Association (IRSA)/Associação Internacional de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 31 de julho a 5 de setembro de 2000.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

\_\_\_\_\_. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, M. A. de.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Orgs.). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Coleção Juventude - Série Estudos, n.1, p. 215-233, 2014.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

\_\_\_\_\_. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martim (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma perspectiva nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, p. 243-261, 2005.

\_\_\_\_\_. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.53-66.

CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.

CHAMPAGNE, P. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. Tradução: Sonia Guimarães Taborda. Revisão: Anita Brumer. **Cahiers d'économie et sociologie rurales**, n° 3, décembre, p. 73-89, 1986.

DOS SANTOS, A. S. **Um olhar sobre as juventudes rurais: desafios, possibilidades e limitações no município de Porteirinha (MG).** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros/Instituto de Ciências Agrárias, 2017.

CORADINI, L. Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno - Brasil. **Mundo Agrário**, v. 16, n.º. 33, 2015.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro, FGV, 1993.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos.** 1998. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/1635738>. Acesso em: 02 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas.** Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SCHMIDT, João Pedro. Capital social e políticas públicas. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org.). **Direitos Sociais e Políticas Públicas.** Desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 419-458.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano.** 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, v. 1, p. 132-161, 2009.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.21-33.

WEISHEIMER, Nilson. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.237-251.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. Brasília. **Revista Brasileira de Estudos de População**. jan./jun. 1990, p. 35-53.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste. São Paulo: Hucitec, Brasília: Editora da UNB, 1995.